

António Jorge Dias (1907-1973) e a Arqueologia em Portugal*

ANA CRISTINA MARTINS**

RESUMO

Consagrando-se à Etnografia e Etnologia, numa primeira fase do seu percurso académico e, já numa segunda, à Antropologia cultural, A. Jorge Dias não foi indiferente à busca da etnogénesis da cultura portuguesa, nas suas diversas dimensões. Não surpreende, por conseguinte, que se interessasse pelos estudos arqueológicos, uma interacção que analisamos no presente texto, ao mesmo tempo que contextualizamos o estado da arqueologia nos diferentes períodos da vida deste autor, quando as questões nacionalistas se encontravam na agenda diária de diferentes círculos políticos.

Palavras-chave: Etnologia – Arqueologia – Nacionalismo – Portugal

ABSTRACT

Dedicated to Ethnography and Ethnology, in a first moment of his academic career, and, later, to Cultural Anthropology, A. Jorge Dias also searched for ethnogenesis of Portuguese culture. It is therefore not surprising that he considered archaeological studies, an interaction analyzed all along this text, together with the historical contextualization of Archaeology, taking into account those periods when nationalism was part of several political agendas.

Key-words: Ethnology – Archaeology – Nationalism – Portugal

* Este texto decorre da comunicação apresentada no Colóquio comemorativo do centenário do nascimento de Jorge Dias, organizado a 6 de Dezembro de 2007 pela Secção de Etnografia da Sociedade de Geografia de Lisboa, devidamente actualizada e adaptada ao presente objectivo. Também por isso, dedico-o à Dra. Maria Helena Samouco, Presidente desta Secção, designadamente pelo apoio conferido.

** Investigadora Auxiliar (*Compromisso com a Ciência*) do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical. E-mail: ana.martins@iict.pt

«Esta necessidade de procurar origens é compreensível, dada a analogia que por vezes o etnólogo encontra entre assuntos que estuda no presente e formas equivalentes que o passado nos legou; mas nem sempre existe uma base de confronto segura, nem o conhecimento exacto da evolução dessas formas, e há que ser prudente e evitar conclusões apressadas, fáceis ou tentadoras.»
(Dias, 1962, p. 11-13)

1. ENQUADRAMENTO

Antes de analisarmos António Jorge Dias (1907-1973) no campo arqueológico, importará, ainda que em brevíssimas linhas, realçar aspectos que permitirão compreender melhor a ligação entre Arqueologia, Etnografia, Etnologia e Antropologia na sua obra.

Muito antes do seu nascimento, o sistema das três idades de Christian J. Thomsen (1788-1865), amplamente propagado pelo seu discípulo J. J. A. Worsaae (1821-1885), a quem coube subdividi-las, transformou-se numa pedra angular da emergência, afirmação e desenvolvimento da jovem ciência arqueológica. Outras, como a tipologia artefactual (nomeadamente local), incentivada por personalidades como Richard Colt Hoare (1758-1838), revestiram-se de igual relevância, determinando a perscrutação do passado remoto de regiões e países. Circunstância substanciada pela formação de museus nacionais e regionais, bem como pela intensificação dos estudos arqueológicos para celebrar as respectivas identidades, abonando o financiamento público de algumas intervenções.

Além destas, outras ocorrências moveram a arqueologia. Entre elas, o sentido de «fóssil-director». Mas também o de «associação» e de «contexto fechado». Jun-

tamente com a análise estratigráfica e dos métodos de datação, desde a escavação de sítios fixados historicamente, passando pelo reconhecimento de artefactos cronologicamente identificáveis (mormente numismas), até à «cronologia cruzada», foram vários os preceitos a asseverarem o exercício arqueológico. Foi ademais na sua base que o arqueólogo sueco Oscar Montelius (1843-1921) concebeu uma cronografia da Idade do Bronze para toda a Europa a partir de uma abordagem difusionista de radical montelliusiano. Entretanto, difusionistas e migracionistas, a exemplo, respectivamente, do médico e antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902) e de Gabriel de Mortillet (1821-1898), indicavam os «fósseis-directores» como documentos da existência e do percurso populacional. Também por isso, se interpretava a «cultura» (a *kulturgruppe* alemã e a *civilization* francesa) enquanto conexão de crenças, ideologias e formas de vida emblemáticas de etnias ordenadas num espaço e tempo traduzidos nos *kulturkreis*. Não obstante, coube ao linguista alemão Gustaf Kossinna (1858-1931) descrever a «cultura arqueológica» (*Kulturgruppe*) fortalecida pelo arqueólogo australiano Vere Gordon Childe (1892-1957).

Em Portugal, tentou-se obstar de algum modo ao padrão adoptado por parte expressiva da arqueologia europeia quanto ao primado dos povos germânicos, os *Kulturvolker*, ou seja, os «povos culturais». Opôs-se de igual modo à migração (mais do que à difusão) de novos *modus vivendi e faciendi* a partir do próximo Oriente, *por muitos considerado o berço da Humanidade* (Dias, 1990, 1, p. 127), esse autêntico pancresto dos fenómenos europeus, de tradição bíblica e fundador de impérios contemporâneos, condensado no *ex oriente lux*. Um dos elementos mais utilizados para refutar tal suposição revelou-se o megalítico. Designadamente quanto à arquitectura dos monumentos funerários e espólio associado. Interesse alimentado por investigadores portugueses face a eventos marcantes da expansão do pensamento arqueológico e antropológico que lhes permitiu fortalecer a utilidade dos estudos arqueológicos para erguer a consideração nacional.

Os estudos sustentadores da teoria de Salomon Reinach (1858-1932) eram assim desbravados. Director do *Musée des Antiquités Nationales* de *St. Germain-en-Laye* inaugurado por ocasião da exposição universal de Paris (1867), com denominação expressiva do ideário subjacente, este autor publicara, em *Le mirage oriental* (Paris, 1893), a primeira grande crítica ao *ex oriente lux* dominante durante largo tempo no pensamento ocidental, matizando o contributo civilizacional fenício. Já em pleno século xx, num contexto político português que lhe era particularmente favorável, pretendeu-se inverter o processo, ponderando-se a emergência da escrita, não no mediterrâneo oriental, mas na Península Ibérica.

2. POR ACADEMIAS ESTRANGEIRAS

2.1. Alemanha

Quando J. Dias partiu (1938) para a Alemanha, como professor de línguas, a arqueologia em Portugal fora objecto de várias mutações registadas desde finais de oitocentos. Enquanto isso, em 1940, o país preparava-se para comemorar o 'Duplo Centenário da Fundação e Restauração'.

Além de círculos académicos e associativos de carácter mais erudito, observou-se um esforço para oficializar o exercício arqueológico. Empenho assumido, entre outros, pelo linguista, filólogo, etnógrafo, arqueólogo e professor universitário José Leite de Vasconcelos (1858-1941)¹, mentor da *Revista Lusitana* (1887) e do *Muzeu Ethnographico Portuguez* (MEP) (1893). Titulações assaz eloquentes dos propósitos da sua formação, sobretudo no primeiro caso ao subentender uma comunhão entre Portugal e a antiga Lusitânia. Graças também ao seu compromisso nesta área de investigação, abriram-se cadeiras directamente conectadas à arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1911), onde leccionava, associando-lhe (1913) o espaço museológico que concebera. Jubilando-se em 1929, deu lugar a uma das figuras mais desconhecidas e envoltas em polémica da arqueologia nacional, Manuel Domingos Heleno Júnior (1894-1970), fundador da *Ethnos* e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Não obstante, foi de algum modo co-responsável pela institucionalização da arqueologia no país, mormente através da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades e de um conjunto de regulamentações da prática arqueológica, justamente a uma coordenação de trabalhos ditada pelo MEP. Intento centralizador contrário a desígnios de outros investigadores, resultando em discórdias recorrentes com eminências da arqueologia nacional, a exemplo de Manuel Afonso do Paço (1895-1968), Eugénio Jalhay (1891-1950), Joaquim Moreira Fontes (1892-1960) e António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), justificando a relativa inércia teórica em que a disciplina permaneceu por decénios.

Se esta era uma face visível da arqueologia portuguesa, parece-nos bastante interessante que J. Dias permanecesse na Alemanha num período tão conturbado do xadrez político europeu e crucial para a sobrevivência dos seus povos. Fê-lo, porém, por razões basicamente profissionais. Licenciando-se em filologia germânica na Universidade de Coimbra, fora nomeado leitor de português nas universidades alemãs de Rostock, Munique e Berlim, um ano antes de deflagrar a 2.ª Guerra Mundial. Assumia, assim, uma posição académica em instituições de ensino supe-

¹ «Uma das maiores vitórias portuguesas no campo da etnologia foi a de termos defendido desde longa data um conceito universal desta Ciência. Mestres como Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, que, muitas vezes, os novos esquecem, ou pelo menos não lêem com a atenção que deviam ler, foram notáveis precursores de que nos devemos orgulhar.» (Dias, 1993, p. 159).

rior fundadas (exceptuando Berlim) em plena Idade Média e prestigiadas internacionalmente, albergando nomes maiores das ciências e do pensamento ocidental, alguns laureados com o Prémio Nobel. Tal não impediu contudo que fossem instrumentalizados pelos nacional-socialistas. Foi o que sucedeu em Munique, ao exonerarem-se professores, na sua maioria de origem judaica, e queimarem-se livros em acto público (Berlim), num conjunto de acções contrariadas (1943) pelo conhecido (porém malgrado) e auto-intitulado grupo «Rosa Branca».

Entretanto, outros intelectuais procuravam manter a neutralidade essencial à prossecução dos seus ensaios. Mas não foi propriamente o caso, entre demais, do sociólogo e africanista vienense Richard Thurnwald (1869-1954), um dos etnólogos mais produtivos do seu tempo, de linha comparativista e funcionalista (de base parcial malinowskiana), além de uma autoridade em cultura maconde, a mesma que J. Dias estudou anos depois. Além disso, R. Thurnwald co-editava, com o médico e biólogo alemão Alfred Ploetz (1860-1940), o *Archiv für Rassen und Gesellschaftsbiologie* ('Revista de Biologia Racial e Social'), após fundar (1905), com o mesmo A. Ploetz e o psiquiatra e geneticista suíço Ernst Rüdin (1874-1952), a *Gesellschaft für Rassenhygiene* ('Revista de Higiene Racial'), a primeira sociedade eugenista do mundo. Mercê dos seus conhecimentos africanos R. Thurnwald, colaborava com o regime nazi, nomeadamente através do *Ahnenerbe*, instituto ideado e constituído por Heinrich Luitpold Himmler (1900-1945) para encontrar, ratificar e celebrar as raízes arianas, antepassados proclamados do povo germânico, legitimando todo um programa expansionista e de purificação racial. Ideia contrariada por J. Dias ao considerar a *A teoria da superioridade de certas raças um mito* (Dias, 1990, 1, p. 130), porquanto «A Humanidade é um todo, animado das mesmas necessidades, aspirações e ansiedades. Por isso, quando um povo atinge o seu apogeu e se julga o melhor de todos os tempos e um eleito da criação, comete um dos erros mais imperdoáveis». (Dias, 1990, 1, p. 130-131. Nosso itálico). Poder-se-á, todavia, ponderar aquele tipo de cooperação como indirecto, a exemplo do que sucedeu com a médica associada aos programas nazis de esterilização e eutanásia, Eva Justin (1909-1966), cuja tese de doutoramento foi co-orientada por R. Thurnwald.

Era, contudo, uma tendência contrariada por etnógrafos, etnólogos e arqueólogos, unidos em demanda do fundo mais remoto das comunidades locais, regionais ou nacionais e, porventura, transnacionais. Suportando tal tenção, vários arqueólogos, escorados em artefactos recolhidos e registados no terreno, responderam a questões tão fundamentais para o entendimento do passado, quanto o *quê, onde, quando, por quem, porquê, para quê e como*. Similares aliás às colocadas por qualquer etnógrafo. Replicavam, deste modo, ao desvario que submergira a Europa e o Mundo num morticínio sem paralelo. Demandar a multiplicidade na suposta uniformidade contemplava uma premissa a distinguir sob pena de reabrir-se o mesmo precipício, com sequelas imponderáveis. Era ademais o que

ocorria por mão hitleriana, ampliando a ambição expansionista ao subvencionar investigações arqueológicas substanciadoras (e/ou edificadoras) da singularidade continental sob o escudo criativo da sua estirpe, essa autêntica *Kulturvolker* e agente fundacional do *Ahnenerbe* himmleriano (*vide supra*).

Conhecendo, ou não, tais realidades, J. Dias estudou temporariamente com R. Thurnwald, nele colhendo certamente o aparato crítico que lhe serviu de base aos projectos desenvolvidos ainda em solo alemão. Tê-lo-á ainda dotado de conhecimentos da etnologia africanista basilares em trabalhos posteriores. Não olvidava, porém, que R. Thurnwald se focalizava no processo difusionista, apesar do terreno conquistado pelo etnocentrismo, diversidade e relativismo cultural trabalhados pelo antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942). Não surpreende, por isso, que J. Dias enfatizasse a posição científica de R. Thurnwald. Mormente por ocasião da sua morte, publicando um pequeno opúsculo onde considerou a sua metodologia:

O seu princípio fundamental era o de um empirismo rigoroso, não aceitando teorias nem generalizações que não assentassem em cautelosas análises de factos comprovados. *Repugnavam-lhe os trabalhos feitos no gabinete sem prévias pesquisas de campo*. Para ele a etnologia era uma ciência que parte da observação das sociedades humanas e de suas culturas, e o *etnólogo não pode dispensar o seu laboratório que é o próprio mundo* (Dias, 1956c, p. 1. Nossos itálicos)

Ideia reforçada amiúde ao sublinhar que «A etnografia observa, analisa e descreve uma determinada cultura e a etnologia sistematiza, compara, generaliza e interpreta em termos gerais. [...]. O folclore é o ramo da etnografia que visa, em especial, a recolha e descrição das tradições orais [...]. Em contraposição ao folclore temos a ergologia, ou o estudo da cultura material.» (Dias, 1990, 1, p. 21).

J. Dias aproximar-se-ia contudo mais de outro investigador. Confesso opositor da política vigente e membro da *Societas Verbi Divini*, promotora do diálogo social e intercultural, o linguista, antropólogo e etnólogo austríaco Wilhelm Schmidt (1868-1954) instituiu a revista *Anthropos* (1906) e o Instituto *Anthropos* (1931), transferido para a neutral Suíça aquando da ocupação da Áustria pela Alemanha nazi (1938). W. Schmidt cooperava ainda com outras duas referências dos estudos humanos. Em concreto, com o geógrafo e etnógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador da geografia humana, desproporcionando embora a causalidade geográfica nos processos culturais que tão fortemente foi criticada por J. Dias, uma vez que «*A natureza não determina nunca as acções humanas, simplesmente as condiciona*.» (Dias, 1984, p. 93. Nosso itálico), não se podendo «[...] compreender inteiramente o significado do ambiente se não o associarmos

ao elemento tempo.» (Dias, 1984, p. 101). W. Schmidt trabalhou também com o etnólogo conterrâneo Robert Fritz Graebner (1877-1934), mentor da «escola difusionista alemã» (transposta de Colónia para Viena, por W. Schmidt). Com ele definiu a teoria dos *Kulturkreis*, contrariando a convicção de Grafton Elliot Smith (1871-1937) quanto a um único foco difusionista (= hiperdifusionismo). Redireccionava, deste modo, a etnologia para o escrutínio de sociedades individuais, longe da procura de uma ideia geral de humanidade, embora sempre de um ponto de vista expansionista: «[...] Associando-se aos esforços de dois grandes estudiosos alemães, como Ratzel e Graebner, ambos defensores duma concepção histórico-cultural da etnologia, p. Schmidt. Pode dizer-se que *foi ele quem fez triunfar o critério de que a evolução cultural é um fenómeno histórico* [...]» (Dias, 1955, p. 1. Nosso itálico).

Embora destacasse esta abordagem histórico-cultural, J. Dias reavaliou-a *a posteriori*, sublinhando que «[...] o investigador procura, dentro de cada cultura, destrinçar o que é produto de invenção local (variação e mutação) e o que foi recebido por difusão.» (Dias, 1984, p. 128-129), sendo que «[...] só se difunde aquilo que é susceptível de ter aplicação numa determinada cultura [...]» (Dias, 1984, p. 130), conquanto se devesse «[...] estudar os problemas por vários aspectos, para evitarmos cair na tendência, que muitos etnólogos evidenciam, de olhar para o mundo só pelo lado histórico-cultural [...]» (Dias, 1993, 2, p. 116). Anos mais tarde, afirmou mesmo (1968) acreditar «[...] que qualquer sociedade humana vive num diálogo permanente com o ambiente que a envolve. De facto existe uma *relação dialéctica* entre o *Homem* e a *Natureza*.» (Dias, 1993, 2, p. 343). Aquela posição fora porém elaborada por G. Kossinna, originando múltiplos equívocos ao pretender associar estaticamente território, cultura e raça, interpretando o decurso humano de forma ininterrupta. Visão algo divergente dos «ciclos culturais» traçados por Wilhelm Koppers (1886-1961), co-autor, com W. Schmidt, de *Völker und Kulturen* (1924), a «bíblia» da 'Escola de Viena', violentamente censurada pelo regime nazi:

muitos dos seus alunos foram seus [W. Schmidt] activos colaboradores e continuadores. Entre eles salientou-se o Prof. p. Wilhelm Koppers, co-autor do livro «*Völker und Kulturen*» (1924) [...]. Nesse livro e em outras obras fundamentais, foram desenvolvidos os princípios da célebre teoria dos *Ciclos culturais* da escola de Viena [sendo] que foi meritório o seu esforço de procurar *encontrar um sistema de natureza histórica que ordenasse a variedade imensa de formas que a cultura reveste* (Dias, 1956a, p. 1-2. Nosso itálico)

Assistindo à turbulência provocada pela recente agenda política alemã, J. Dias teve oportunidade de conviver com nomes grados da intelectualidade europeia,

nela bebendo as grandes teorias que serviram de base ao trabalho conduzido já em Portugal (*vide infra*). Enquanto isso, defendeu, na Universidade de Munique, ainda em pleno conflito mundial (1944), a tese de doutoramento em *Völkerkunde* (Etnologia e Antropologia cultural) sobre a aldeia comunitária de Vilarinho da Furna (Gerês), com um texto profundamente marcado pela etnografia descritiva da escola alemã vertida em boa parte da sua ulterior produção científica.

Não seria casual este seu interesse. Desde o dealbar de oitocentos que a vida campestre era olhada dualmente. Se uns a viam como pouco superior às remanescentes essências naturais, despojadas de qualquer valência cultural, outros olhavam-na como representação do espírito, por excelência, da nacionalidade. Por uma série de razões, originadas em interesses locais, regionais e/ou nacionais, prevaleceu a última abordagem, justificando estudos específicos e a criação (1806), na Alemanha, do termo pelo qual foram divulgados: *Volkskunde*. Procurou-se então divisar elementos primitivos europeus no seu campesinato contemporâneo. Registaram-se por isso com minúcia os seus labores quotidianos, apartados das malhas urbanas pontilhadas de componentes exógenos e de realidades assomadas com o desenvolvimento científico-tecnológico. Até porque, como reconheceu J. Leite de Vasconcelos,

Diante dos aumentos da civilização que se alastra pelas multiplas camadas sociais, e que portanto destrua mais ou menos as tradições, sobretudo aquelas que estão em contraste com ela, importa indagar com urgencia as que ainda restam, para que em breve não fiquemos privados das vantagens que o estudo da Etnografia nos proporciona. [...]. *Acudamos a tudo, emquanto é tempo!* De ano para ano extinguem-se ou transformam-se muitas cousas, e surgem outras de novo em vez d'elas. [...] e assim daremos provas, nós Portugueses, de que desejamos acompanhar as nações cultas neste campo de actividade scientifica (Vasconcelos, 1994, p. 338-339. Nosso itálico)

O facto, contudo, de J. Dias comentar a ocorrência de fenómenos culturais em resultado de um processo difusionista conjecturaria a natureza iminentemente *natur* dos seus portadores, denegando assim a sua apetência *kultur*. Circunstância indispensável ao analisarem-se fases de metamorfose que, aquém dos preceitos engelsinianos e marxistas, não eram entendidos como sequentes de mutações endógenas de comunidades preexistentes ou de alterações observadas nos respectivos recursos cinegéticos.

A premência, todavia, de arrolar o ser, o estar e o fazer campesino numa Europa em veloz transmutação cultural demonstrava como as disciplinas humanas emergidas em oitocentos se harmonizavam em torno do seu objecto de estudo: o Homem. Em arqueologia, por exemplo, já não bastava analisar tipologicamente

os objectos escavados, nem seriá-los e classificá-los para entender de forma mais próxima o dia-a-dia dos grupos que representavam. À medida que se afastavam de uma abordagem puramente evolucionista (para mais, linear) e se aproximavam de uma apreciação histórica, os arqueólogos concentravam-se no exame rigoroso da estratigrafia para cotejar alterações cronológicas e culturais. Necessidade decorrente do facto de o modelo histórico-cultural (cultura = povo – registo arqueológico como fenómeno antropológico) testemunhar como os «pacotes» materiais atribuídos reiteradamente ao mesmo espaço e tempo corresponderiam a uma única comunidade e à geografia da sua génese. Conquanto inconscientemente, convergiram para os processos culturais, transpondo a descrição primária dos artefactos (de propriedade nem sempre perceptível), distinguindo todo um sistema (= estrutura) intrínseco às dinâmicas culturais, e isentando-se da mera recolha material (= antiquarismo). Ao invés, buscavam entender quando, como e porque se relacionaram (= processo), inferindo a interligação de «tipos» de cultura material (= combinação de atributos favorecidos pelos seus fazedores) a «tipos» comportamentais, a partir de registos etnográficos e estudos etnológicos da contemporaneidade europeia, a exemplo do que propuseram, entre nós, J. Leite de Vasconcelos, Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) e António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909), numa preconização do «método histórico directo».

Pouco impediria no entanto a aplicação do *método «historico-cultural»* aos estudos pré-históricos, defendendo-se a monogenia e o difusionismo como prevalentes em *ciclos de cultura* compostos pelos primeiros grupos humanos, alguns deles sobreviventes nos denominados *primitivos actuais*. Apropriava-se desta forma a escola que o gerara, a childeniana, conquanto de raízes kossinianas. Olvidava-se porém o dinamismo histórico, capital ao sentido dos primórdios, quando «A etnologia passa deste modo a ser uma ciencia historica e um factor integrante do estudo dessas civilizações antigas.» (Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Acta n.º 161, 17/01/1936.).

De facto, desde finais do século XIX que a compreensão dos inícios humanos era perscrutada nos «primitivos actuais» por uma etnografia comparada de contornos naturalistas. Processo, ademais, bastante similar à classificação biológica, ainda que de perfil (quase) mecanicista de autores inspirados talvez na economia política e reflexões sobre a origem da família, propriedade privada e Estado, porquanto, «*Nos povos de civilização primitiva, uma dada fôrma de arte corresponde geralmente a uma dada fôrma de produção. Por este motivo é uniforme nos povos antigos e actuaes de primitiva cultura o caracter das suas produções artisticas.*» (Severo, 1917, p. 719. Nosso itálico). Negava-se, por conseguinte, espaço à criatividade e ao caminho individuado, como se de um mero condicionalismo se tratasse. Configurava no entanto um excelente repositório informativo para entender, parcialmente que fosse, o quotidiano pré-histórico, pois «Estas manifestações do intellecto humano

serão *phenomenos sociaes*, e pois que, em applicação do exposto, por ellas se tem reconstituído o *modus vivendi* d'esses povos trogloditas e caçadores.» (Severo, 1917, p. 733. Nosso itálico). Convicção e necessidade ideológica que não assombravam neste início de centúria, por ressoarem arquétipos finisseculares. Bem visíveis, na verdade, na transferência do *Museo de Ultramar* madrileno para o *Museo de Ciencias Naturales*, para compor a secção de Antropologia, Etnografia e Pré-história, de par com os materiais transitados do extinto *Museo Antropológico* (Paz, 2003, p. 32). Mas também nos modelares *Peabody Museum of Archaeology and Ethnology* e *Pitt Rivers Museum*, doados respectivamente às Universidades Harvard (1866) e Oxford (1884), ilustrando a evolução humana através dos inventos, associando sequências tipológicas a áreas geográficas. Entre nós, escrevia-se, ainda em meados de novecentos, e a propósito do MEP, que «*Tentando estabelecer uma comparação das sociedades mortas (restos fósseis) com as sociedades vivas (povos selvagens), poderá o visitante interessado, observando os objectos expostos nos mostradores, fazer uma ideia do viver das populações mais antigas que habitaram o território que hoje é Portugal* ou que por aqui passaram.» (Machado, 1965, p. 230. Nossos itálicos).

Esta abordagem etnológica não se afastava em substância da posição dominante na investigação arqueológica alemã. Disso eram exemplo nomes consagrados dos estudos clássicos, como o helenista Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931) e o historiador, filólogo, epigrafista e numismata Théodore Mommsen (1817-1903). Não obstante, a orientação ultra-nacionalista e preconceituosa de arqueólogos radicalizou em pleno regime hitleriano. Apesar de entender o *Altertumswissenschaft* ('Ciência da Antiguidade' – 'Filologia clássica' ou 'Arqueologia clássica' –, enquanto unidade disciplinar), U. Wilamowitz era conservador intransigente, sustentando o Império e as figuras heróicas. Por isso se contrapunha à República de *Weimar*, ao rezear a desagregação da cultura alemã – *cultura nacional* [que J. Dias entendia decorrer] *da combinação de muitos elementos regionais* (Dias, 1990, 1, p. 44) – perante o decurso incontrolável dos acontecimentos políticos. Quanto a Th. Mommsen, mergulhara na política activa, apoiando a anexação de Schleswig-Holstein à Prússia, numa defesa da unidade alemã. Mais do que isso, incitou, após o conflito franco-prussiano e subsequente reconhecimento da Prússia como estado líder do Império germânico, à formação da *Reichslimeskommission* consagrada à arqueologia romana e germânica, numa junção singular e esclarecedora dos pressupostos que a norteavam. Obstava, no entanto, à política bismarckiana, ao *Kulturkampf* e ao antisemitismo. No conjunto, porém, os seminários destes dois académicos eram frequentados por estudiosos de toda a Europa, concorrendo, também desta maneira, para a criação de uma ampla rede de discípulos através dos quais propagavam o seu posicionamento e reforçavam o ascendente científico germânico.

Perante o exposto, compreende-se que J. Dias iniciasse a sua incursão etnológica por caracterizar uma das comunidades mais emblemáticas e insondáveis

do Portugal continental. Perdendo-se no tempo, o passado de Vilarinho da Furna revela-se em tradições orais remontáveis à presença romana, quando da abertura da via da Geira, indicando características da sua vivência de provável filiação proto-histórica sobreviventes pela geografia que resguardava a colectividade de influências externas, num posicionamento quase determinista. Foi com aldeias como esta que a pesquisa de campo conferiu um cunho nacional(ista) básico a qualquer ideologia erguida sobre sentimentos exacerbados, a exemplo da Alemanha nazi. Expressão, ademais, desaprovada por J. Dias, para quem, no pós-2.^a Guerra Mundial, se concretizava por fim «[...] a velha aspiração do Sacro Império Romano, não pela imposição de um estado, mas pela livre vontade de todos que nessa aliança ideal vêem a sua sobrevivência pessoal e a de valores que se habituaram a respeitar acima de tudo.» (Dias, 1984, p. 107).

Mais. É possível que este interesse de J. Dias rompesse também de uma necessidade de contrariar a ideia transmitida amiúde sobre os latinos como simples *Naturvölker* receptores de *Kulturvölker* representados pelos germânicos. Urgência que terá presidido à redacção do seu (presumível) primeiro envolvimento com a etnografia, *Acerca do sentimento da Natureza entre os povos latinos*, onde se entreveem influências, entre outras, da 'Renascença Portuguesa'. Tanto mais que «[...] não tem fundamento científico a separação que muitos etnógrafos pretendem fazer entre a ciência que estuda as culturas dos *povos chamados civilizados e as dos chamados primitivos ou naturais. O que há é a ciência do homem como ser cultural*, quer lhe chamemos etnologia, ou antropologia cultural, e nada mais.» (Dias, 1956b, p. 6. Nosso itálico). Certeza reforçada pouco depois (1959), ao ver

com satisfação que se vai rompendo essa barreira preconceituosa que tem levado uns estudiosos a considerarem-se folcloristas e outros etnógrafos, e que vão aparecendo pessoas capazes de alargar os seus interesses comparativos às diferentes partes do Mundo, convictos de que *estamos perante uma humanidade una na sua essência* e que os aspectos das diferentes culturas só se compreendem inteiramente quando projectados num plano universal (Dias, 1993, 2, p. 159. Nosso itálico)

Não deixa de ser curioso que este opúsculo fosse publicado (1942) em *Ensayos y Estudios*, revista de Cultura, Filosofia e Língua castelhana e portuguesa (1939), pertencente ao 'Instituto Ibero-Americano' de Berlim, fundado a 21 de Outubro de 1930², data do descobrimento do continente americano por Cris-

² «Una de las muchas cenas macabras de la historia del fascismo hitleriano fue lo ocurrido el 10 de mayo de 1933. Precisamente ante el monumento de los hermanos Humboldt, que habían formulado su credo del humanitarismo, se quemaron publicamente aquellos libros inspirados en las mismas ideas de universalidad y fraternidad de Humboldt. El que los libros de Alejandro de Humboldt non fuesen igualmente víctimas de las llamas no se debe al respeto que pudiera

tóvão Colombo e do «Dia da Raça». Tanto mais singular, quanto fora presidido de início pelo ex-ministro da Cultura e Educação da Prússia, o pedagogo Otto Boelitz (1876-1951), até que o partido nazi o assumiu e redireccionou cientificamente, em especial por mão do General Wilhelm von Faupel (1873-1945), desempenhando então papel de relevo na política externa nacional-socialista.

Independentemente de tudo isto, a tarefa concluída então por J. Dias resultava de um plano rigoroso, fruto da metodologia de trabalho exigida pelos académicos alemães aos seus discípulos e que tanto os notabilizaram. Urgia pois transpô-la para o estudo das humanidades em Portugal, concedendo-lhe os meios indispensáveis à sua aplicação. Regressado ao país natal, J. Dias tentou (*vide supra*) traçar um projecto científico etnográfico e etnológico. Apropriou-se para o efeito de um ideal republicano: a (re)construção da autenticidade rural, comunitária, profusamente divulgada em exposições temáticas e no reavivar de artes e ofícios ancestrais, redimensionando as economias locais e regionais. A própria comunidade de Vilarinho da Furna fora estudada no início do século por A. Rocha Peixoto, membro da revista *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez* (1899-1908), estabelecendo o 'comunitarismo' como abordagem conceptual que ditou boa parte da etnografia e etnologia portuguesas ao longo da primeira metade do século xx. Designadamente quanto às tendências folcloristas aprovadas pelo *Estado Novo* num espírito presumidamente positivista. Eram, sem dúvida, paradigmas de um programa a despertar consciências para a relevância do estudo e do inventário em nome de um novo património: o regional e local. Património essencial quando proliferavam ensaios etnográficos a (re)pensarem um território e suas gentes em nome de uma política exaltada pelo 28 de Maio de 1926 que ditou o fim da 1.ª República emoldurada por um ciclo de crise estabelecido após a 1.ª Guerra Mundial.

2.2 Espanha

Antes de tornar definitivamente a Portugal, J. Dias viveu em Espanha após concluir o doutoramento, continuando a viajar durante a 2.ª Guerra Mundial. Ali permaneceu entre 1944 e 1947, chegando a Espanha quando o franquismo aceitava proibir a exportação de minério de volfrâmio para a Alemanha, em substituição do termo do embargo aliado.

Mas, o que mais importa sublinhar é que, em termos arqueológicos, Espanha vivia então um período áureo, porém discutível. Ultrapassados os anos de domínio da arqueologia francesa e alemã no seu território, timbrando com espes-

inspirar su obra. Jamás los instigadores racistas, difamadores de la humanidad y falseadores de ideas tuvieron respeto a obra alguna del génio humanista. [...] Es triste el hecho de que el imperialismo alemán pudiera utilizar el Instituto Iberoamericano de Berlín, para el logro de sus anticientíficas y antihumanas finalidades.» (Abusch, 1969, p. 26).

sura os seus circuitos académicos, a arqueologia encontrava-se institucionalizada, sendo largamente utilizada pelo *caudillo* General Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), sem atingir todavia a dimensão de uma Itália ou da própria Alemanha. Servia no entanto para sufocar pretensões autonomistas e desenhar um país unido por um poder fortemente centralizado desde a remota antiguidade e, sobretudo, pré-historicidade. Tanto por sobrevivência académica (donde profissional e, até pessoal), quanto por partilha total da política vigente traduzida em projectos científicos, vários foram os nomes gradados da arqueologia espanhola a cooperar nesta nova agenda. Até porque muitos se formaram em universidades alemãs.

Era, no entanto, uma realidade diversa da portuguesa. Em particular, ao não ocorrer um fenómeno similar, por exemplo, ao catalão e ao madrileno. Aqui, criaram-se instituições da envergadura de uma *Escuela de Estudios Superiores Hispánicos* (1909), fundando-se uma *Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas* (JAEIC) (1907), ela própria modelada segundo as *École des Hautes Études* e *Institución Libre de Enseñanza*. Entretanto, a JAEIC motivava a publicação da primeira legislação arqueológica espanhola e a criação da *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas* (CIPP), sucessora da *Comisión de Exploraciones Espeleológicas*. Organização robustecida pelos impulsos ditatoriais através dos arqueólogos, por excelência, das duas fases do regime franquista – a falangista europeísta (porém anti-capitalista – em especial do imperialismo mercantilista e plutocrático – e anti-liberal) e a *opus dei*ana –, Julio Martínez Santa-Olalla (1905-1972) (ao reforçar o papel das relações hispano-árabes na etnogénese hispana) e Martín Almagro Basch (1911-1984).

Se esta era a realidade arqueológica dos corredores académicos madrilenos que J. Dias frequentava, o ambiente de Santiago de Compostela, onde também viveu, era algo diferente, embora tivesse sofrido alterações de fundo após o estabelecimento das ditaduras de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja (1870-1930), na sequência do golpe militar de 1923, e de F. Franco, após o término da guerra civil espanhola (1936-1939).

De facto, a arqueologia galega fora especialmente desenvolvida na década de 20 por mão de Angel del Castillo, Florentino López Cuevillas (1886-1958) e Fermín Bouza Brey (1801-1973), determinados pela viagem (1922) do paleontólogo e arqueólogo alemão Hugo Obermaier (1877-1946) (nacionalizado espanhol) à Universidade de Santiago, no ano em que a sua nomeação para catedrático afirmava a pré-história na Arqueologia espanhola. Deslocação ocorrida um ano prévio à criação do *Seminario de Estudos Galegos* patrocinado pela revista (ultra)regionalista *Nós* e pelo movimento *Rexionalismo* (ou *Rexurdimento*), aos quais se associou parte eloquente da intelectualidade galega para obviar as rigorosas limitações políticas forçadas por p. Rivera. Era, pois, quase inevitável que (mesmo officiosamente)

o grupo de arqueólogos de Santiago de Compostela diligenciasse comprovar a precedência das estações arqueológicas identificadas na sua região sobre as descobertas nos restantes recessos espanhóis, particularmente levantinos.

Ademais, parece-nos assaz sintomático que o primeiro ensaio de J. Dias versando a problemática castreja fosse publicado na Galiza, nos *Cuadernos de Estudios Galegos*. Com versão portuguesa editada ainda nesse ano (Dias, 1946), confirmava-se a ligação que mantinha com a realidade portuguesa enquanto trabalhava e estudava no estrangeiro, neste caso em Espanha. Aquela revista pertencia ao *Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento*, fundado (1944) por iniciativa do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (resultante da conversão franquista da JAEIC), propondo-se continuar o labor do *Seminario de Estudos Galegos* (*vide supra*). Tanto mais interessante se revela este seu trabalho, quanto o seu conteúdo reforçava a ideia contida no impresso que publicara na Alemanha (*vide supra*), esboçando uma linha de investigação prosseguida já em Portugal, porquanto «[...] o estudo de uma herança social castreja, como elemento que contribui fortemente para a formação da personalidade-base portuguesa e galega, e que se encontra particularmente viva e próxima da raiz primitiva em algumas tradições dos nossos dois povos, se pode perfeitamente considerar como objecto de investigação científica.» (Dias e Oliveira, 1962, p. 2. Nosso itálico). Mais do que isso, era como se J. Dias reproduzisse o influente antropólogo escocês James George Frazer (1854-1941) ao sublinhar que, «[...] en effet, l'Aryen primitif, en tout ce qui concerne la fibre et la trame de son esprit, n'est pas mort. Il existe encore aujourd'hui parmi nous. Les grandes forces intellectuelles et morales qui ont révolutionné le monde civilisé n'ont guère eu d'action sur le paysan. [...]». (Dias e Oliveira, 1962, p. 2. Nosso itálico). Tentaria conciliar, deste modo, as duas teses prevaletentes à época quanto à origem das estruturas habitacionais castrejas de planta predominantemente circular, ou seja, as teses pré-celta e celta (Dias, 1946, p. 3-4).

A verdade, todavia, é que se a Arqueologia era, por vezes, terminante em unificar e/ou reunificar nações, a exemplo de Itália, da Alemanha e, em certa medida, da própria Espanha, o seu merecimento mitigava num Portugal ausente de correntes autonomistas e separatistas.

3. O REGRESSO A PORTUGAL: O PANORAMA ARQUEOLÓGICO

Após Espanha, J. Dias tornou a Portugal e, a convite de A. Mendes Correia, trabalhou no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, associado ao Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, para nele dirigir a Secção de Etnografia enquanto leccionava na Universidade de Coimbra.

Aparte querelas pessoais perpetuadas por nomes destacados da arqueologia portuguesa (*vide supra*), com realce para M. Heleno e A. Mendes Correia, que

em nada beneficiavam a institucionalização da disciplina, antes prejudicando-a nalguns aspectos, o objectivo deste Centro era bastante explícito, enquadrando-se num programa etnológico mais abrangente. Com efeito, era seu primeiro desígnio procurar as raízes mais profundas do ser, estar e fazer português, vinculando-o ao território definido como tal, mesmo quando, nalgumas circunstâncias, contemplasse a região galega.

Conquanto na esteira da obra monumental de J. Leite de Vasconcelos, dava-se assim início entre nós a uma nova abordagem dos estudos etnográficos, numa tentativa de especializar a identificação, descrição, recolha e entendimento dos elementos constituintes da cultura material do povo português. Utilizavam-se para tal metodologias retiradas de outras disciplinas, chamando a si alguns dos seus maiores especialistas em Portugal, num esforço de análise interdisciplinar. De entre eles, as individualidades que perfariam a sua equipa de colaboradores: Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Benjamim Enes Pereira (1928-), Fernando Galhano (1904-1995), Manuel Viegas Guerreiro (1912-1997), José Cutileiro e Margot Dias (1908-2001). Acrescia a este grupo mais próximo e presente a figura de Orlando Ribeiro (1911-1997), cuja atitude visionária renovou a investigação geográfica em Portugal ao privilegiar o estudo integrado do Homem a partir da sua caracterização física, cultural e social, recorrendo, para o efeito, a saberes tão diversos, quanto complementares, como o histórico, o arqueológico e o etnográfico, para, de par com o geográfico, definir regiões específicas de povoamento humano. Até porque,

O tempo presente é – e em especial no nosso País – um momento cultural singular, de crise e mutação, que marca o abandono final das técnicas primitivas e matizadas do artesanato local e dos conceitos tradicionais de uma economia arcaica, ignorante da quantificação dos seus valores, e a sua substituição progressiva mas vertiginosa por um padrão uniforme de produção racionalizada e competitiva. [...]. Por isso, também, o presente trabalho nos pareceu pungentemente, dramaticamente mesmo, oportuno (Dias, Oliveira e Galhano, 1959, p. 3. Nossos itálicos)

Na fronteira entre racionalismo e romantismo tardio, J. Dias revelava, anos depois (1964), que «Para nós é o pitoresco que desaparece nesta época de implacável planificação e utilitarismo³, mas à luz da história da técnica isto não passa

³ J. Dias criticava profundamente o desenvolvimento vertiginoso do seu tempo assente numa sociedade de consumo, proferindo (1968) as seguintes palavras: «Para muitos economistas modernos, dos países altamente industrializados, este crescimento da humanidade deve ser encarado com franco optimismo. Hoje, o problema fundamental para essas sociedades é produzir e vender o mais possível. Cada homem a mais na Terra é um comprador potencial. É mais um aparelho de televisão que se vende, mais um frigorífico, mais um automóvel. O problema alimentar não é com eles!»

de um fenómeno natural de adaptação a novas necessidades sócio-culturais.» (Dias, 1993, 2, p. 179). Materializando, contudo, e de algum modo, o projecto de quem se dedicara primeiramente à etnografia portuguesa – *estudo científico da herança social do povo português desde as suas mais remotas origens até aos nossos dias* (Dias, 1990, 1, p. 44) –, J. Dias e seus coadjuutores procuraram a origem da especificidade da cultura material que estudavam em vestígios arqueológicos encontrados nos mesmos limites geográficos, divisando-lhes uma continuidade ocupacional. Desiderato que não era, de todo, inopinado se lembrarmos a actividade desenvolvida no terreno por A. Mendes Correia e M. Heleno, no cumprimento de exemplos anteriores, como o de J. Leite de Vasconcelos. Não surpreendia, por isso, que se aproximasse de entidades centrais dos estudos arqueológicos conduzidos em Portugal. Era o caso do pré-historiador francês Henri Breuil (1877-1961), especificamente pelas pesquisas realizadas sobre o Quaternário, uma das temáticas, ademais, eleitas por O. Ribeiro.

Era, pois, compreensível que, tal como sublinhámos (*vide supra*), também J. Dias conferisse uma atenção particular aos estudos megalíticos. Até por ser assunto de absoluta relevância para a afirmação da (suposta) originalidade portuguesa e da sua vocação expansionista (= atlântica), uma vez que as abordagens mais recentes ao assunto (consolidadas por escritos espanhóis) demonstravam a anterioridade do megalitismo identificado no actual território português relativamente a outros erguidos, não apenas em solo espanhol, como até nas Ilhas Britânicas. Pois,

A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar laços entre os continentes e os homens. Este carácter expansivo tem raízes bem fundadas no tempo, se quisermos lembrar a cultura dolménica, que, segundo grandes autoridades teve como centro de difusão o litoral português nortenho [...]. Porém, a expansão portuguesa, ao contrário da espanhola, é mais marítima e exploradora do que conquistadora [...]. Se a situação geográfica contribuiu indiscutivelmente para o carácter expansivo da cultura portuguesa, ela só não basta para explicar tudo. Além dela temos de considerar a feição psíquica portuguesa e a maneira como esta actuou perante as circunstâncias (Dias, 1955, p. 10-11. Nossos itálicos)

(Dias, 1993, 2, p. 404). Com acentuada tónica de ironia, sublinhava, a propósito do crescimento populacional em termos mundiais: «Confesso que não tenho opinião, porque oiço e leio com frequência alguns especialistas afirmarem que não há problema porque as algas ou outros produtos até hoje não explorados, podem suprir as proteínas. [...] se bem que nos pareça estranho que esses optimistas não comecem já a comer as algas, dando os bifés àqueles que, em certas regiões da Terra, mal sabem o que é comer carne.» (Dias, 1993, 2, p. 403).

Tais palavras quase recuperavam frases de M. Heleno acerca da mesma matéria, principalmente quando «[...] a *Nacionalidade Portuguesa* [...]. Precisamos de ir buscá-la aos tempos da pedra polida. [...] julga[ndo] essa cultura peninsular equivalente, nas devidas proporções, á que as nacionalidades espanhola e portuguesa exerceram mais tarde no tempo dos Descobrimientos e Conquistas.» (Heleno, 1930, p. 4. Nosso itálico). Pretendia-se contraditar a ideia defendida por vários intelectuais, na trilha oitocentista, de que a nacionalidade se formara apenas na medievalidade, buscando-se, pelo contrário, as suas sementes em tempos mais recuados. Aliança rapidamente encontrada em torno do estudo da denominada 'cultura castreja' fortemente presente no norte de Portugal, indiciando uma comunhão proto-histórica com o território galego e realidades culturais centro-europeias através da presença pré-celta e celta, longe por conseguinte de influências mediterrâneas. Mesmo assim, o caso português afastava-se dos figurinos franquista e hitleriano, onde a investigação arqueológica (sobretudo pré-histórica) era representada fora dos círculos académicos para avigorar vindicações de natureza nacional(ista), justamente as mesmas que Portugal dispensava.

Este não era, porém, um posicionamento propriamente inovador, antes ancorando em escritos oitocentistas, apesar da oposição inflamada de Francisco Martins Sarmento (1833-1899) (ocidentalista irreductível) ao movimento celticista. Em seu lugar, elevava as singularidades, não tanto da Ibéria ou de Portugal enquanto geografias políticas contemporâneas, quanto da região compreendida entre a Galiza e a Serra da Estrela, a mesma que vira nascer uma das individualidades mais perturbantes da expansão romana, *Viriato*. Atitude fixada na arqueologia nacional, rompendo a centúria seguinte e adquirindo forma em diferentes momentos e aspectos, dando lugar a uma longa série de polémicas acerca da celticidade portuguesa, embora desapossada dos teores e moldes avocados em Espanha, onde se intentou inscrevê-la em diegeses de foro nacionalista.

Quanto à intelectualidade galega, ela demandava uma comunhão entre os dois lados da fronteira estribada na cultura celta, abeirando-a das margens britânicas e suscitando um autêntico pan-celticismo distintivo da península setentrional. Mas seria acima de tudo a proximidade ao povo português, com o qual irmanava uma história e uma língua, a desempenhar papel fulcral neste plano de validação nacional(ista) perante uma soberania madrilena sobre a sua cultura única. Daí que um filiado dinâmico do *Seminario de Estudos Galegos*, Ramón Otero Pedrayo (1888-1976), idealizasse uma Galiza luguense e bracarense, alicerçando a indispensabilidade de uma cooperação mais enérgica com Portugal, numa lógica de hipotética reintegração. Seria, por conseguinte, (quase) inevitável que (conquanto oficiosamente) o conjunto de arqueólogos de Santiago de Compostela se empenhasse em comprovar a primazia de arqueossítios arrolados na região, relativamente aos situados noutros recônditos peninsulares. Até por

totalizar, no seu entender, e juntamente com a região minhota, uma (presumida) unidade cultural (demais abonada pela similitude cinegética consolidada por observações etnológicas e descrições geográficas) a manter e elevar a partir de indícios paleolíticos e mesolíticos, muito para além do passado galaico-lusitano sustentado no século anterior. Estabelecer-se-ia uma contiguidade cultural, esbaltando o contributo vulgarmente atribuído a factores alógenos, em especial por parte de difusionistas, frisando os distintivos endógenos, ao mesmo tempo que se demonstrava como «[...] este tipo de construções, deve estar profundamente arraigado em certas populações, do noroeste da Península, como tendência ancestral inconsciente.» (Dias, 1946, p. 2).

O caminho para a indagação, no terreno, fora das «torres de marfim», deste propósito era interiorizado com nitidez por J. Dias. Sobretudo quando «*Para o etnólogo, o laboratório é a vida das sociedades nos seus diferentes aspectos. [...] [não se podendo] ser etnólogo sem ter directamente analisado as estruturas das sociedades, os seus comportamentos, estilos de vida, ideias, equipamento técnico, etc.*» (Dias, 1984, p. 111. Nosso itálico). Exigia-se um esforço deveras interdisciplinar, aliando saberes tão diferentes (mas, ao mesmo tempo, tão complementares) quanto a arqueologia e a etnologia, pois «*É evidente que ao presente se associa o passado, de forma que a arqueologia e a paleoetnologia devem colaborar de perto com a etnologia.*» (Dias, 1957, p. 11. Nosso itálico). Até porque «[...] podemos compreender que, como matéria interdisciplinar, *as ciências do passado podem ajudar a compreender melhor o presente, e as ciências do presente podem ajudar a compreender melhor o passado.*» (Dias e Oliveira, 1962, p. 3. Nosso itálico). Ideia patenteada noutro trabalho seu (1965) dedicado à olaria primitiva e ao torno de oleiro, aproximando com clareza etnografia, etnologia e arqueologia (Dias, 1993, 2, p. 245-270). Consideração herdada de pensadores portugueses de finais de oitocentos, inícios de novecentos, a exemplo dos directores do MEP, onde a 'Secção Preambular' do primeiro pavimento exibia «[...] um conjunto de mostradores cujo recheio patenteia a evolução arqueológico-etnográfica de determinadas actividades existenciais do homem [...]» (Machado, 1965, p. 215), para apuramento «[...] das relações do passado (*arqueologia*) com o presente (*etnografia*) [...]» (Machado, 1965, p. 215). Mais reconhecia (1964) J. Dias que,

A história que nos legaram cronistas e historiadores em geral, só fala dos grandes feitos [...] os acontecimentos aparentemente insignificantes que dizem respeito à luta diária e anónima pelo pão de cada dia não mereceram a atenção dos cronistas. [...]. A tarefa do etnólogo é desta maneira complicada e difícil. *É preciso recorrer aos dados fornecidos pela arqueologia, aos velhos diplomas e forais, à iconografia e à análise comparativa utilizando os resultados da investigação noutras regiões próximas e distantes* (Dias, 1993, 2, p. 175. Nossos itálicos)

À semelhança de investigadores coevos, J. Dias considerava possível descortinar estas raízes no quotidiano das gentes portuguesas. A mesma convicção que levava, aliás, J. Leite de Vasconcelos a percorrer Portugal, registando tudo quanto solidificasse a permanência da mesma cultura no mesmo espaço desde tempos imorredouros, incentivando personalidades como M. Heleno a proceder de igual modo, uma vez que: «[...] na alma humana encontramos ainda muitos vestígios das antigas idades, porque os temos na nossa civilização e até na estrutura do *nosso povo aparentado muito de perto*, ao contrário do que pensava Herculano, *com primitivos habitantes do nosso torrão nacional*.» (Heleno, 1930, p. 4. Nossos itálicos). Volvidos mais de dois decénios, J. Dias criticava porém exactamente a «[...] *fase comparativa, em que os materiais etnográficos se confrontavam com aqueles recolhidos entre as classes populares europeias*. Foi um período em que se procuravam sobretudo as sobrevivências (*survivals*) do passado, mantidas ainda nas classes populares europeias.» (Dias e Oliveira, 1957, p. 6. Nosso itálico), numa demonstração da sua evolução epistemológica.

Uma vez mais, J. Dias indicava o caminho a percorrer na direcção de um estudo holístico relativo a esta e a outras questões: a interdisciplinaridade aliada a uma preparação rigorosa e indagação sistemática dos fenómenos observados durante os trabalhos de campo. Somente assim se cumpria o pressuposto maior definido há muito para o território nacional: a compreensão do ser, do estar e do fazer português:

A maior parte dos trabalhos têm carácter descritivo, e há poucos estudos interpretativos, porque só *explorações metódicas, em larga escala*, poderiam fornecer os necessários elementos de *comparação*, permitindo *delimitar subáreas culturais, vias de difusão, centros de cultura*, evolução de certos elementos no decorrer do tempo, e determinar as influências dos vários povos e suas culturas, que sucessivamente vieram habitar a Península durante o período castrejo (Dias e Oliveira, 1962, p. 9. Nossos itálicos)

Não obstante, o difusionismo continuava a imperar nestas suas abordagens, distando o momento em que o indigenismo preponderaria nos estudos desta natureza. J. Dias persistia, por isso, em utilizar conceitos como 'vias de difusão' e 'centros de cultura' para a etnogénese da cultura popular portuguesa radicada (ainda) em referências lusitanistas:

o país estava destinado a ser ponto de passagem e de encontro das mais variadas raças, umas vindas dos confins do Mediterrâneo, como os fenícios que lhe demandaram os portos, outros do extremo setentrão, como os normandos, que lhe invadiram as costas. Mas as influências destes foram superficiais e só se fizeram sentir no litoral. *Foram mais importantes as invasões celtas,*

sobretudo a partir do século VI a. C. Estes povos, senhores da técnica do ferro e da superioridade militar e económica que daquela derivavam, *acabaram por se fundir com a raça autóctone. Os lusitanos, que resultaram desta fusão [...]* (Dias, 1955, p. 14. Nossos itálicos)

Ideia plasmada quatro anos antes (1951), ao escrever que, «Se encontramos no Norte de Portugal costumes tão semelhantes aos da Europa média e setentrional é porque eles devem ser anteriores à formação das nacionalidades europeias e provêm de um *fundo cultural comum, possivelmente difundido pelas migrações dos chamados povos célticos.*» (Dias, 1993, 2, p. 135. Nosso itálico).

J. Dias reviu todavia alguns conceitos, expressando como se actualizava epistemologicamente, substituindo, por exemplo, o termo «raça» pelo de «grupo étnico», até porque «Não encontramos hoje um único grupo humano que apresente uma uniformidade de características biológicas absolutas.» (Dias, 1984, p. 9). Esta afirmação evidenciava porém como a comparação etnográfica servia a compreensão da pré-historicidade, sobretudo europeia. Aliada à investigação da antropologia física, substanciava ainda desideratos colonialistas, ainda que, contrariando o linearismo preponderante na segunda metade de oitocentos, o limiar do século xx se centrasse no difusionismo. Posição adoptada por arqueólogos de nomeada mundial, a exemplo G. Childe, em particular nos seus primeiros ensaios, como *The Dawn of European Civilization* (1925), onde, à semelhança dos investigadores sociais do seu tempo, interpretou as alterações materiais observadas no registo arqueológico em resultado de difusões ou migrações, perante o (suposto) conservadorismo da natureza humana.

Buscava-se, deste modo, apreender os processos, não ainda tanto de evolução cultural, quanto de transmissão cultural, identificando traços comuns a diferentes culturas a partir, exactamente, dos seus focos de expansão primordial. Era para tal necessário (re)ver artefactos incluídos em diferentes acervos museológicos, sem o que dificilmente se delimitariam 'áreas culturais' correspondentes a «[...] uma região em que predominam determinados padrões de cultura, relativamente homogêneos, que a tipificam em relação a outras áreas.» (Dias, 1984, p. 117). Não só. À semelhança da convicção lusitanista de J. Dias, era como se, através das habitações castrejas de planta circular e do arado radial (numa certa confirmação dos modelos de áreas geográficas – mas também culturais – propostos por O. Ribeiro⁴), ecoassem palavras impressas por arqueó-

⁴ Em 1949, J. Dias considerava que «A particular situação geográfica do nosso país, de o tornar o ponto de encontro entre as culturas do Norte e do Sul, dá-lhe também características geográficas curiosas, que Orlando Ribeiro analisou e definiu duma maneira brilhante, no seu magnífico estudo sobre Portugal. [...] Norte Atlântico, Norte Transmontano e Sul, ou sejam o Portugal Mediterrâneo. Ora é curioso que a cada uma dessas três regiões naturais corresponde, com uma aproximação surpreendente, um dos tipos de arados [...] mencionados» (Dias, 1993, 2, p. 36. Nossos itálicos).

logos de renome internacional, para quem, a propósito de Portugal, «Il serait certainement fort intéressant de rechercher, dans les chars primitifs encore en usage dans plusieurs parties de la péninsule ibérique et d'autres régions, aussi que sur les monuments anciens de l'époque classique des éléments de comparaison.» (Breuil, 1917, p. 86). Com efeito, J. Dias afirmava, a propósito da planta predominantemente circular das estruturas habitacionais encontradas em castros, que «[...] tudo leva a crer que essa maneira tradicional de construir casas redondas ou arredondadas representa uma linha tradicional de continuidade através dos séculos, que só nos nossos dias se rompe inteiramente [...]» (Dias, 1948, p. 166).

O posicionamento de J. Dias não deixará, todavia, de surpreender pela extemporaneidade, uma vez que a viagem aos Estados Unidos da América (EUA) (que percorreu longamente) (Dias, 1993, 2, p. 223) ter-lhe-á descerrado as portas à antropologia cultural boaziana e à própria *New Archaeology*, mais centrada em entender o desenvolvimento cultural a partir de um ponto de vista interno. Razão pela qual, aliás, se assumiu desde então como antropólogo cultural, longe, portanto, da antropologia praticada na 1.^a República portuguesa e no *Estado Novo*, então mais próxima dos aspectos biológicos. Pois, nas suas palavras, a,

Antropologia cultural é a expressão usada pelos Americanos para substituir *etnologia*, no momento em que a investigação alargou o campo de análise e um objecto mais vasto e a nova problemática. Enquanto a etnologia estudava inicialmente a cultura dos chamados *primitivos*, a antropologia cultural estuda a cultura como fenómeno universal, através de todas as culturas particulares e dos problemas que com elas estão relacionados (Dias, 1990, 1, p. 19)

Não terá tido, porém, tempo suficiente para se redireccionar academicamente. Antes percorreu as veredas sulcadas pelo lusotropicalismo freyriano, ideologia que substanciou a última etapa da agenda colonial portuguesa. Tentava pois distanciar-se da abordagem imposta por investigadores como A. Mendes Correia, num momento em que a antropologia – *ciência total do homem* (Dias, 1990, 1, p. 51) – praticada além-fronteiras, nomeadamente nos EUA, entrava numa fase de profunda crise estrutural-funcionalista. O que não obstou a que o trabalho de J. Dias no campo perpetuasse direcções anteriores, omitindo (independentemente das razões) métodos entretanto adoptados por estudiosos de escolas estrangeiras que conheceria bem, numa postura entendível à luz da primazia então conferida ao registo exaustivo de tradições populares na iminência de desaparecerem.

4. DESFECHO EM ABERTO

Apesar de fortemente influenciado pela escola etnográfica e etnológica alemã, J. Dias não foi indiferente ao pensamento de outros autores. Pelo contrário, demonstrou abertura de espírito reforçada após a sua primeira viagem aos EUA, auto-intitulando-se doravante de 'antropólogo', numa evidência do percurso que escolheu para a sua actividade científica, fazendo corresponder ciência etnológica e antropologia cultural (Dias, 1984, p. 111).

Posição materializada nas suas múltiplas facetas, a exemplo da docência. Não terá sido casual que incluisse na bibliografia obrigatória da cadeira de antropologia que leccionava, obras de referência de V. Gordon Childe, a par das redigidas por J. Grahame D. Clark (1907-1995), numa tentativa de substituir o anterior modelo cronológico pela análise de cada vertente cultural. Fazia-o certamente no seguimento de antropólogos norte-americanos empenhados em aclarar as transformações culturais ocasionadas por interacções comunitárias e apropriação aos ecossistemas correspondentes, num decurso considerado como «cultura ecológica». J. Dias fortificava ainda a ideia de que, a par da difusão, «Uma cultura transforma-se [...] pelas inovações que são o produto da invenção ou da descoberta de indivíduos dentro do grupo social [...]» (Dias, 1984, p. 125). Ou seja, por *invenções independentes*, cabendo, no entanto, àquela a parte maior das realidades assinaladas no terreno e ao longo da História, na medida em que «[...] o homem prefere aproveitar-se do que já existe, a ter de resolver, de novo, um problema difícil [...]» (Dias, 1984, p. 126).

De entre os múltiplos trabalhos de V. Gordon Childe, J. Dias não deixava de mencionar o *What happened in History*, publicado (1942) em plena 2.^a Guerra Mundial quando J. Dias preparava o seu doutoramento na Alemanha (*vide supra*). Era uma obra marcada pelo ascendente marxista aprofundado com o contacto estabelecido na sua deslocação à ex-União Soviética, a primeira das quais ocorrida em 1935. V. Gordon Childe demonstrou, então, uma certa flexão e mesmo adaptação a novos postulados, comentando as alterações culturais de um ponto de vista materialista, acercando-se para o efeito mais das regras institucionais (sociais, políticas e/ou económicas) do que do ascendente tecnológico. Assim sendo, J. Dias partilharia de algum modo a substância do materialismo dialéctico, ao sustentar que as sociedades contêm em si mesmas tendências progressistas e conservadoras coexistentes numa relação de unidade dinâmica permanente, ao mesmo tempo que antagónica, congregando energias fundamentais a mutações irreversíveis. Com alguma ironia porém a maior parte dos dados utilizados por V. Gordon Childe provinha de *Wirtschaftsgeschichte des Altertums*, obra monumental do historiador conservador alemão Fritz Moritz Heichelheim (1901-1968), conquanto publicada (1938) após a sua exoneração (1933) da Universidade pelos nacional-socialistas, ao abrigo da *Gesetz zur Wiederherstellung des Berufsbeamten-*

tums ('Lei de renovação do serviço público'), decretada dois meses após Adolf Hitler (1889-1945) chegar ao poder. A visão marxista da História implicava, todavia, uma aceitação quase acrítica da evolução unilinear que V. Gordon Childe não abraçou.

É no entanto possível que o principal ensinamento da *New Archaeology* (de inegável inspiração marxista) reconhecível em J. Dias residisse particularmente no facto de pugnar por uma colaboração permanente entre diferentes disciplinas para entender assuntos do passado indispensáveis à compreensão do presente. Porquanto «Todos estes temas e elementos podem ser estudados no presente e em um próximo passado, procurando filiá-los [...], mas tentando seguir a sua evolução [...]. Aí será a grande contribuição dos vários especialistas, arqueólogos, sociólogos, etnólogos, historiadores, geógrafos, filólogos, economistas, arquitectos, botânicos, agrónomos, etc., isoladamente ou em conjunto, conforme os casos.» (Dias e Oliveira, 1962, p. 14). É certo que, tal como outros intelectuais contemporâneos e conterrâneos, movia-o especialmente a busca da etnogenia do ser português. Mas, como sublinhara em tempos o próprio V. Gordon Childe, esta atitude interdisciplinar decorria de um reconhecimento do estudo histórico como plano privilegiado de congregação científica, partindo do pressuposto de que o comportamento humano e o ecossistema se alteram de acordo com o novo tipo social dominante em cada momento e lugar. Ao aceitar, porém, esta proposta de trabalho, admitia-se a subjectividade das generalizações, aplicáveis apenas a contextos particulares, numa manifestação evidente da criatividade humana, não obstante exemplos de estagnação, regressão e autodestruição verificados nalgumas sociedades. Acentuava-se a descontínua diversidade histórica em oposição à evolução linear, num questionamento da ideia de 'progresso'.

No conjunto, estas questões foram abordadas noutra obra de V. Gordon Childe indicado por J. Dias aos seus discípulos, *Social Evolution* (1951). Nele, o autor australiano sublinhava como ecossistemas e tradições diferentes originariam culturas semelhantes, a exemplo do Neolítico antigo, quando regiões tão distantes entre si, quanto a Europa e o Médio Oriente, ostentaram o mesmo complexo de plantas e de animais domesticados, bem como uma estrutura social comparável. Comprovar-se-ia, em todo o caso, o poder do Homem sobre a Natureza, matéria explanada anteriormente em *Man makes himself*, publicado num ano (1936) de particular tensão política europeia, num desafio à possibilidade (senão urgência) da Humanidade conduzir o seu próprio destino, longe do apregoado determinismo. Mas à luz de dados arqueológicos recolhidos nos últimos anos, em especial na América Central, J. Dias debatia as teorias elaboradas em torno da origem do poder, da sociedade e sua estratificação, reforçando a persuasão acerca da multiplicidade de modelos comportamentais assomados em condições ecossistémicas análogas. Contestava por inerência a linearidade subjacente às 'Revo-

lução Neolítica' e 'Revolução Urbana' childenianas. Não obstante, sublinhava que «[...] a descoberta da agricultura foi a mais revolucionária de todas, pelo que ela representa de promissor.» (Dias, 1984, p. 176), defendendo a pluralidade de focos de invenção, um dos quais localizado justamente na América Central. Acompanhava pois o muito produzido em matéria arqueológica e sua relevância para um sentido mais exacto do intrincado cultural.

Com este posicionamento, J. Dias enquadrava-se na escola antropológica cultural norte-americana, indo «[...] em alguns casos até ao estudo integral do «*homem como ser cultural*».» (Dias, 1957, p. 1. Nosso sublinhado. p. 1), defendendo que «O critério etnológico é adoptado por aqueles que, banindo qualquer conceito etnocentrista, procuram estudar o homem como ser cultural, em qualquer parte do mundo onde ele viva, e seja qual for o tipo de economia e cultura em que se encontre, relacionando o presente com o passado.» (Dias, 1957, p. 6. Nossos itálicos).

Nos últimos anos da sua vida, J. Dias manifestou (1968) um certo pessimismo quanto ao futuro da Humanidade, fruto, talvez, do muito que observava, analisava, lia e discutia. Não deixou, porém, de traçar uma solução, aparentemente tão simples quanto a própria vida, isto é, enquanto pertença de um mesmo universo (a Natureza), onde entrevemos problemas centrais debatidos nos nossos dias pela intelectualidade mundial, numa prova da clarividência do autor português:

Devíamos pensar a sério e rapidamente no futuro, antes de ele ser presente, a fim de conservar todos os valores humanos que tornem a vida digna de ser vivida. [...] A beleza e o sentimento de dignidade humana que dá o espaço, onde o homem se pode mover à vontade, são bens seriamente ameaçados por este crescimento demográfico vertiginoso. Será possível viver de algas ou de pílulas, não sei; mas será certamente trágico viver como um formigueiro, sem horizontes e sem sonho, sepultado em vida como o «caixeiro-viajante» de Brooklyn (Dias, 1993, 2, p. 406. Nosso itálico)

Lisboa, Inverno de 2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUSCH, A. (1969) – Alejandro de Humboldt – sábio, humanista y amigo de los pueblos. In *Alejandro de Humboldt. Modelo en la lucha por el progreso y la liberación de la humanidad*. Berlin: Akademie-Verlag. p. 26.
- AFONSO, L. U. (2004) – Manuelino e Luso-Tropicalismo: a historiografia da arte e a construção da identidade portuguesa durante o Estado Novo. In *Portugal: encruzilhada de culturas, das artes e das sensibilidades*. Coimbra: Livraria Almedina. p. 119-127.
- ALEXANDRE, V. (1999) – Luso-Tropicalismo. In BARRETO, A.; MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 8, p. 391-394.
- LOS ARCHIVOS de la arqueología ibérica: una arqueología para dos Españas (2006). In RUIZ, A.; SÁNCHEZ, A.; BELLÓN, J. P., eds. lits. –. Jaén: Universidad de Jaén.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (1997) – La Sociedad Antropológica Española (SAE) y el nacimiento de la ciencia prehistórica en España. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 295-302.
- BRENHA; J. (1899-1903) – Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugália*. Porto. 1: 3, p. 690.
- BREUIL, H. (1917b) – Le chair et le traineau dans l'art rupestre d'Estrémadure. *Terra Portuguesa*. Lisboa. S. 2, 15-16, p. 86.
- CABRAL, J. de p. (1999) – António J. Dias. In BARRETO, A. e MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 7, p. 526-527.
- CALAFATE, p. (2002) – Oliveira Martins: as aventuras da História. In CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português. 4: 1. As Luzes*. Lisboa: Caminho.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 8, p. 38-56.
- CARREA HONTANA, E.; MARTÍN FLORES, A. (1997) – Las instituciones arqueológicas del ayuntamiento de Madrid (1924-1972). In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 582-583.
- CASTELO RUANO, R.; CARDITO ROLLÁN, L.; PANIZO ARIAS, I.; RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 573-580.
- COLLIS, J. (2003) – *The celts. Origins, myths & inventions*. Gloucestershire: Tempus.
- COLLIS, J. (2006) – Rethinking the Celts: the impact of historiography and archaeology.. In RIECKHOFF, S., ed. lit. – *Celtes et Gaulois dans l'Histoire, l'historiographie et l'idéologie moderne*. Glux-en-Glenne: Bibracte. p. 97-110.
- COOMBES, A. E. (2003) – Museums and the formation of national and cultural identities.. In PREZIONI, D.; FARAGO, C., eds. lits. – *Grasping the world. The idea of the museum* Aldeshot: Ashgate. p. 278-297.
- CORREIA V. (1922) – Arte rupestre em Portugal. A Pala Pinta. Aditamento. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 32-34, p. 147.
- CORREIA, A. A. M, (1927) – O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel. *Brotéria*. Caminha. 4, p. 14-29.
- CORREIA, A. A. M. (1918a) – Estudos da Etnogenia Portuguesa. Os habitantes primitivos do território. *Terra Portuguesa*. Lisboa. S. 2, 24, p. 237.
- CORREIA, A. A. M. (1919) – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA, A. A. M. (1924b) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 265.

- CORREIA, A. A. M. (1924b) – Uma invasão pre-histórica na Península Ibérica (os Capsienses). *A Águia*. Porto. S. 3, 4, p. 24.
- CORREIA, A. A. M. (1933) – *Introdução à Antropologia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmens e Cultura*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- DIAS, A. J. (1946) – Construções circulares no litoral português. Contribuições para o estudo das construções circulares do Noroeste da Península Ibérica. *Trabalho de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11: 1, p. 3-4. Separata.
- DIAS, J. (1955) – Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. *Atlântida. Revista de Direito e Estudos Sociais*. Coimbra. 8: 2. Separata.
- DIAS, J. (1956a) – Professor Padre Wilhem Schmidt. Porto. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, 2 p. Separata.
- DIAS, J. (1956b) – Reuniões do Conselho. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, 6 p. Separata.
- DIAS, J. (1956c) – Richard Thurnwald. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15: 1-2, p. 3. Separata.
- DIAS, J. (1957) – Etnologia, Etnografia, Volkskunde e Folclore. *Douro Litoral. Boletim da Comissão de Etnografia e História*. Porto. Série 8: 1-2, 16 p. Separata.
- DIAS, J. (1986) – Antropologia cultural. *Estudos Políticos e Sociais*. Maia. 12: 3-4, 218 p. Separata.
- DIAS, J. (1990) – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vols.
- DIAS, N. (1991) – Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908). *Anthropologie et muséologie en France*. Paris: Éd. CNRS, p. 18-21.
- DIAS, J. (1993) – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1, p. 159.
- DIAS, A. J.; OLIVEIRA, A. V. de (1962) – A cultura castreja e a sua herança social na área galaico-portuguesa. In *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. II, 16 p. Separata.
- DIAS, A. J.; OLIVEIRA, A. V. de; GALHANO, F. (1959) – *Sistemas primitivos de moagem em Portugal*. I-II. Porto: Instituto de Alta Cultura.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX. MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lts. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 403-416.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada. S. 2, 8, p. 4-26.
- FERNANDES, C. A. (2001) – A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Arqueologia no Estado Novo (1929-1974). *Al-Madan*. Almada. 10, p. 64.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (1996) – Obermaier y la Prehistoria en el Noroeste de la Península Ibérica. In *«El Hombre Fósil» 80 años después*. Santander: Universidad de Cantabria. p. 107.
- FERNÁNDEZ, O. p. (1997) – El Seminario de Estudos Galegos: génesis, aportación y desaparición. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lts. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 457-462.
- FTAS, A. J. S.; RODRIGUES, M. A. E. e NUNES, M. de F. (2002) – A filosofia da ciência no Portugal do século XX. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 5: 2. *O Século XX*. Lisboa: Editorial Caminho. p. 421-582
- FONTES, J. (1927) – Uma excursão arqueológica à Galiza. *Arqueologia e História*. Lisboa. 5. 40 p. Separata.
- GODINHO, V. M. (2004) – *Portugal, a emergência de uma nação*. Lisboa: Edições Colibri.
- GOMES, J. p. (2002) – Questões e problemáticas na filosofia perene., CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4: 1. *As Luzes*, Lisboa: Editorial Caminho. p. 506-519.

- GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*. Paris: CNRS.
- HELENO, M. (1930) – *Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo de 1926-1927)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- HELENO, M. (1956b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, N.S., 3, p. 221-237.
- JALHAY, E. (1936) – As Novas Directrizes no Estudo da Pré-História. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP. Vol. 2.
- JORGE, V. O. (2002) – Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 79-85.
- LEAL, J. (2000) – *Etnografias portuguesas (1870-1970)*. *Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- EL LEGADO filosófico y científico del siglo XX (2005). In GARRIDO, M.; VALDÉS, L. M.; ARENAS, L., eds. lits. – Madrid: Cátedra.
- LEITE, J. p. (1999) – Política Colonial. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 7, p. 352-361
- LUIZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, p. ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português 4: 1. As Luzes*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 389-432.
- MACHADO, J. L. S. (1965) – *Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.º Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: AAP.
- MARTINS, A. C. (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação. 1863-1963*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História. Texto policopiado.
- MARTINS, A. C. (2008) – António Jorge Dias (1907-1973) no contexto da Arqueologia portuguesa. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. p. 208-213.
- MARTINS, A. C. (2008) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Fancisco Martins Sarmento (1833-1899) and national identity. In SCHLANGER, N.; NORDBLADH, J., eds. lits. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: Berghan Books. p. 287-304.
- MATOS, S. C. (1998) – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Ed. Colibri.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 3, p. 135-136.
- MORA, G. (2003) – El Consejo Superior de Investigaciones Científicas y la Antigüedad. In ALONSO, F. W.; MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lits. – *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. Málaga: CEDMA. p. 95-109.
- PAÇO, M. A. do (1962) – *Visão geral da arqueologia a norte do Mondego*. Porto: [s. l.].
- PAZ, E. F. de (2003) – La museología antropológica ayer y hoy. In *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*. Granada: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. p. 30-47.
- PRADO FERNÁNDEZ, O. (1997) – El Seminario de Estudios Galegos: génesis, aportación y desaparición. In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 457-458.
- RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología Prehistórica en España (1913-1935). In MORA, G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga. p. 431-437.
- ROCHA, L. M. p. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Pré-história. Texto policopiado.
- SEVERO, R. (1905-1908a) – A sepultura da Quinta da Agua Branca. *Portugália*. Porto. 2: 1-4, p. 241-243.

SEVERO, R. (1905-1908b) – Commentario ao espolio dos dolmens do Concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugália*. 1-3, p. 710.

SEVERO, R. (1905-1908d) – Varia. Notas e comunicações. Ouros prehistoricos da Estella (Pova de Varzim). *Portugália*. Porto. 2:1-4, p. 605-608.

SEVERO, R. (1899-1903) – As necropoles dolmênicas de Tras-os-Montes. *Portugália*, I: 3, p. 690

THIESSE, A.-M. (2000) – *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas & Debates.

TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica. p. 159.

VASCONCELOS, J. L. de (1994) – *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Crítica.